

Cláudia Barros Portocarrero & Filipe Ávila

Direito Penal

Decifrado

2^a
edição

PARTE GERAL

COORDENAÇÃO
Cláudia Barros
Filipe Ávila
Rogério Greco



- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 29.11.2022
- Os autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Método | Grupo GEN a partir da 2ª edição.
- Capa: Bruno Sales Zorzetto
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P883d
2. ed.

Portocarrero, Cláudia Barros

Direito penal decifrado : parte geral / Cláudia Barros Portocarrero, Filipe Ávila ; coordenação Cláudia Barros, Filipe Ávila, Rogério Greco. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Forense, 2023.

(Decifrado)

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-635-7

1. Direito penal - Brasil. 2. Serviço público - Brasil - Concursos. I. Ávila, Filipe. II. Greco, Rogério. III. Título. IV. Série.

22-80718

CDU: 343.2(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

1	Fontes e interpretação da lei penal	1
1.1	Fontes do Direito Penal.....	1
1.1.1	Conceito.....	1
1.1.2	Fontes materiais/de produção/substanciais	1
1.1.3	Fontes formais/de conhecimento/cognitivas/de manifestação	2
1.2	Interpretação da lei penal	8
1.2.1	Conceito.....	8
1.2.2	Espécies de interpretação	9
1.3	Interpretação analógica e analogia	13
1.3.1	A dúvida.....	16
1.3.2	Retroatividade da lei interpretativa maléfica	16
2	Conflito aparente de normas.....	17
2.1	Conceito	17
2.2	Princípio da especialidade	18
2.3	Princípio da subsidiariedade	18
2.4	Princípio da consunção ou absorção.....	19
2.4.1	Crime complexo	21
2.4.2	Crime progressivo	21
2.4.3	Progressão criminosa	21
2.4.4	<i>Antefactum</i> e <i>postfactum</i> impuníveis.....	22
2.4.5	Princípio da alternatividade	22
2.4.6	Críticas e reflexões.....	23

3	Evolução histórica do Direito Penal.....	25
3.1	Evolução no mundo	26
3.1.1	Direito Penal primitivo	26
3.1.2	Idade Antiga	28
3.1.3	Idade Média.....	29
3.1.4	Idade Moderna.....	30
3.2	Evolução no Brasil	31
3.2.1	Período colonial.....	31
3.2.2	Período imperial	31
3.2.3	Período republicano.....	32
3.3	Escolas penais.....	33
3.3.1	Escola Clássica	33
3.3.2	Escola Positiva.....	35
3.3.3	Terceira Escola	37
3.3.4	Escola Moderna Alemã.....	37
3.3.5	Escola Técnico-Jurídica	38
3.3.6	Escola Correccionalista	38
3.3.7	Escola da Nova Defesa Social.....	39
4	Velocidades do Direito Penal.....	41
4.1	Velocidades do Direito Penal	41
4.1.1	A primeira velocidade do Direito Penal	41
4.1.2	A segunda velocidade do Direito Penal.....	41
4.1.3	A terceira velocidade do Direito Penal: o Direito Penal do Inimigo..	42
4.1.4	A quarta velocidade do Direito Penal: o neopunitivismo	45
5	Princípios.....	47
5.1	Princípio da humanidade	47
5.1.1	Pena de morte	48
5.1.2	Trabalho forçado × trabalho obrigatório do preso.....	48
5.1.3	Regime Disciplinar Diferenciado (RDD): art. 52 da LEP	51
5.2	Princípio da legalidade.....	52
5.2.1	Precedentes históricos.....	53
5.2.2	Aspectos políticos.....	54

5.2.3	Aspectos jurídicos	54
5.2.4	Reserva de lei.....	54
5.2.5	Norma penal em branco	58
5.2.6	Previsões anteriores.....	61
5.2.7	Mandados constitucionais de criminalização.....	61
5.2.8	Princípio da anterioridade.....	61
5.3	Princípio da taxatividade.....	62
5.4	Princípio da proibição da analogia <i>in malam partem</i>	63
5.5	Princípio da culpabilidade ou princípio da responsabilização penal subjetiva..	63
5.6	Princípio da intervenção mínima.....	66
5.7	Princípio da fragmentariedade	66
5.8	Princípio da ofensividade ou lesividade	66
5.8.1	Crimes de perigo abstrato e o princípio da lesividade.....	70
5.9	Princípio da insignificância ou bagatela	71
5.9.1	Os vetores para aplicação do princípio.....	78
5.9.2	Insignificância × reincidência e habitualidade criminosa.....	79
5.9.3	Insignificância e atos infracionais	82
5.9.4	O princípio bagatelar impróprio.....	82
5.9.5	A aplicação do princípio da bagatela pelo Delegado de Polícia	82
5.10	Princípio da adequação social.....	82
5.11	Princípio da proporcionalidade.....	85
5.12	Princípio da responsabilidade pessoal	86
6	Classificação das infrações penais.....	87
6.1	Crimes omissivos × crimes comissivos.....	87
6.2	Crime de conduta mista.....	87
6.3	Crime de esquecimento ou de olvido.....	87
6.4	Crimes omissivos próprios × crimes omissivos impróprios (ou comissivos por omissão).....	88
6.5	Crimes omissivos por comissão.....	88
6.6	Crimes comuns × crimes próprios	88
6.7	Crimes bипróprios.....	90
6.8	Crimes de mão própria	90
6.9	Crime funcional.....	90
6.10	Crime de responsabilidade	91

6.11	Crime formal × crime material × crime de mera conduta.....	93
6.12	Crimes de dano × crimes de perigo	94
6.13	Crimes de perigo concreto × crimes de perigo abstrato.....	95
6.14	Crime de perigo abstrato de perigosidade ou de perigosidade real ou de perigo abstrato-concreto.....	97
6.15	Crime de perigo individual e de perigo coletivo	98
6.16	Crime progressivo.....	99
6.17	Crimes vagos (ou multivitimários ou de vítimas difusas).....	99
6.18	Crimes permanentes ou duráveis × crimes instantâneos.....	99
6.19	Crimes necessariamente permanentes × crimes eventualmente permanentes..	100
6.20	Crimes instantâneos de efeitos permanentes.....	100
6.21	Crime habitual	100
6.22	Crime habitual impróprio ou acidentalmente habitual.....	100
6.23	Crimes complexos	101
6.24	Crime complexo em sentido amplo	102
6.25	Crimes parcelares.....	102
6.26	Crime de circulação.....	103
6.27	Crimes monossujeitos e plurissujeitos (ou de concurso necessário)	103
6.28	Crime de concurso eventualmente necessário (ou crimes eventualmente coletivos).....	104
6.29	Crime multitudinário.....	104
6.30	Crime tentado × crime consumado	104
6.31	Crime exaurido	105
6.32	Crimes unissubsistentes × plurissubsistentes	105
6.33	Crimes naturais × crimes de plástico	105
6.34	Crime de opinião	106
6.35	Crime de ação astuciosa.....	106
6.36	Crimes de atentado ou de empreendimento	106
6.37	Crime obstáculo.....	106
6.38	Crime de tendência × crime de intenção.....	107
6.39	Crime de forma livre × crime de forma vinculada.....	109
6.40	Crimes principais × crimes acessórios.....	109
6.41	Crime de ímpeto	110
6.42	Crimes <i>on demand</i>	110
6.43	Crime mercenário.....	111
6.44	Crime gratuito.....	111

6.45	Crimes a distância e crimes plurilocais	112
6.46	Crime de ação simples e crime de ação múltipla (ou conteúdo variado, ou plurinuclear, ou tipo misto).....	112
6.47	Infrações penais de menor, médio e maior (ou alto) potencial ofensivo	112
6.48	Crime remetido.....	113
6.49	Delito de acumulação.....	113
6.50	Crime transeunte e não transeunte	113
6.51	Crime falho × quase crime	114
6.52	Crime de hermenêutica	114
6.53	Crimes de colarinho branco e de colarinho azul.....	115
6.54	Delito liliputiano ou crime anão.....	116
6.55	Delito de catálogo	116
6.56	Crime putativo ou imaginário ou erroneamente suposto	116
6.57	Crime aberrante.....	117
6.58	Crime achado.....	117
6.59	Crime de mera suposição ou de mera suspeita.....	117
6.60	Crimes cibernéticos.....	118
6.61	Crimes hediondos.....	118
7	Aplicação da lei penal no tempo.....	121
7.1	Importância do tema e princípios reitores	121
7.2	Tempo do crime, teoria adotada pelo CP.....	123
7.3	Tempo do crime nos crimes habituais impróprios.....	128
7.4	Tempo do crime para o partícipe e para o autor mediato	129
7.5	Extratividade da lei penal mais benéfica.....	130
7.5.1	Leis intermediárias	131
7.5.2	Leis excepcionais e temporárias.....	132
7.5.3	<i>Abolitio criminis</i>	133
7.5.4	<i>Abolitio criminis</i> nas leis excepcionais e temporárias.....	136
7.5.5	<i>Abolitio criminis</i> e normas penais em branco.....	137
7.5.6	Efeitos da <i>abolitio criminis</i>	140
7.6	Combinação de leis.....	140
7.6.1	Dúvidas acerca da maior benignidade.....	142
7.6.2	Vedação de combinação de leis no Código Penal Militar	142
7.6.3	Mudança de entendimento jurisprudencial se submete às regras de retroatividade e irretroatividade?	142

7.7	Retroatividade da lei interpretativa maléfica	144
7.8	Competência para aplicação da <i>lex mitior</i>	144
7.9	Aplicação da lei posterior durante período de <i>vacatio legis</i>	145
7.10	Aplicação de leis processuais no tempo	146
7.11	Leis híbridas e sua aplicação no tempo	147
8	Aplicação da lei penal no espaço	149
8.1	Princípios reitores	149
8.2	Local do crime	149
8.2.1	Lugar do crime para o partícipe	151
8.3	Princípio da territorialidade	152
8.4	Princípio da extraterritorialidade	154
8.4.1	Hipóteses de extraterritorialidade incondicionada	155
8.4.1.1	Os casos de extraterritorialidade incondicionada e a hipótese de absolvição no estrangeiro	156
8.4.1.2	Crimes contra a vida ou liberdade do Presidente da República	157
8.4.1.3	Crimes praticados contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, do Estado, territórios, municípios, empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias ou fundo de ações instituídas pelo Poder Público e crimes contra a Administração Pública por quem estiver a seu serviço	157
8.4.1.4	Crime de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil	158
8.4.2	Hipóteses de extraterritorialidade condicionada (art. 7º, II)	158
8.4.2.1	Crime que o Brasil, por tratado ou convenção, obrigou-se a reprimir (art. 7º, II, a)	159
8.4.2.2	Crime praticado por brasileiro (art. 7º, II, b)	159
8.4.2.3	Crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantis ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados (art. 7º, II, c)	159
8.4.2.4	Condições para aplicação da lei brasileira nas hipóteses de extraterritorialidade condicionada	160
8.4.3	Hipótese de extraterritorialidade ultracondicionada ou extracondicionada	161
8.4.4	Hipóteses contempladas por lei especial	161

9	Crime – noções introdutórias.....	163
9.1	Conceito formal de crime.....	163
9.2	Conceito material de crime.....	163
9.3	Conceito analítico de crime.....	164
9.3.1	Teoria adotada pelo Código Penal brasileiro.....	165
9.4	Crimes e contravenções penais.....	166
9.4.1	Classificação pela gravidade.....	169
9.4.2	Ação penal.....	169
9.4.3	Tentativa.....	169
9.4.4	Territorialidade.....	170
9.4.5	Prazo máximo para cumprimento da pena.....	170
9.4.6	Prazo das medidas de segurança.....	170
9.4.7	Modalidades de penas privativas de liberdade.....	171
9.4.8	<i>Sursis</i>	171
9.4.9	Regime de cumprimento de pena.....	172
9.4.10	Dolo e culpa.....	172
9.4.11	Modalidades de erro.....	173
9.4.12	Crime antecedente de lavagem de capitais.....	174
9.4.13	Reincidência.....	174
9.4.14	Competência.....	175
9.4.15	Trabalho.....	176
9.4.16	Causas extintivas da punibilidade.....	176
9.5	Ilícito civil × ilícito penal.....	176
10	Sujeitos e objeto do crime.....	177
10.1	Sujeito ativo.....	177
10.1.1	Pessoa jurídica como sujeito ativo de crime.....	177
10.1.2	A responsabilidade penal da pessoa jurídica de direito público interno.....	179
10.1.3	A teoria da dupla imputação ou do sistema paralelo de imputação..	180
10.1.4	Sujeitos ativos especiais.....	181
10.2	Sujeito passivo.....	182
10.2.1	As posições do Estado como sujeito passivo.....	184
10.3	Sujeito passivo × prejudicado.....	184

10.4	A impossibilidade de alguém figurar, ao mesmo tempo, como sujeito ativo e passivo de um crime.....	185
10.4.1	Objeto do crime.....	185
11	Do fato típico – 1º elemento: conduta.....	187
11.1	Conduta.....	187
11.1.1	Teoria causalista, ou naturalista, ou tradicional, ou clássica.....	187
11.1.2	Teoria neoclássica ou neokantiana, ou causal-valorativa.....	189
11.1.3	Teoria social da ação.....	190
11.1.4	Teoria final ou finalista.....	190
11.1.5	Teorias funcionalistas.....	192
11.1.6	Teoria da ação significativa.....	194
11.1.7	Teoria jurídico-penal.....	196
11.2	Modelo negativo de ação.....	196
11.3	Modelo pessoal de ação.....	197
11.4	Resumo do conceito de conduta para as várias teorias apresentadas.....	197
11.5	Conduta e seus componentes.....	198
11.6	Ato × conduta.....	202
11.7	Momentos (ou fases) da conduta.....	203
12	Fato típico – 2º elemento: resultado.....	205
12.1	Resultado naturalístico.....	205
12.2	Resultado jurídico ou normativo.....	208
12.3	Há crime sem resultado?.....	209
13	Do fato típico – 3º elemento: nexa causal.....	211
13.1	Nexa causal.....	211
13.2	O conceito de causa.....	212
13.3	Concausas.....	213
13.3.1	As questões que a teoria da equivalência dos antecedentes causais não logra responder.....	218
13.3.2	Interrupção de cursos causais salvadores.....	219
13.3.3	Causalidade na omissão.....	219
13.3.4	Hipóteses em que o omitente tem dever de agir para impedir o resultado.....	222

13.4	Hipótese em que o garantidor não responde pelo resultado	224
13.5	Importantes notas sobre a causalidade normativa.....	225
14	Imputação objetiva	227
14.1	Conceito.....	227
14.2	O risco permitido e a ausência de imputação objetiva.....	229
14.3	A realização do risco no resultado	230
14.4	Considerações finais.....	231
15	Fato típico – 4º elemento: tipicidade.....	233
15.1	Conceito.....	233
15.1.1	Formas de adequação típica	234
15.2	Tipicidade conglobante.....	236
15.3	Funções do tipo penal.....	241
15.4	Mudanças históricas na concepção e estudo do tipo penal	241
15.5	Espécies de tipo.....	243
15.5.1	Estrutura do tipo legal de crime	243
15.6	Elementos do tipo.....	244
15.7	Classificação dos tipos penais	246
15.7.1	Tipo normal × tipo anormal	246
15.7.2	Tipos fechados × tipos abertos	246
15.7.3	Tipo fundamental e tipo derivado.....	246
15.7.4	Tipos simples e tipos mistos (ou de conduta múltipla).....	248
15.7.5	Tipo congruente × tipo incongruente.....	249
15.7.6	Tipo preventivo.....	250
16	Dolo	251
16.1	Definição de dolo.....	251
16.1.1	Os componentes do dolo.....	252
16.2	Teorias acerca do dolo.....	252
16.2.1	Teoria adotada para definição do dolo direto.....	252
16.2.2	Teorias acerca do dolo eventual e culpa consciente.....	252
16.2.2.1	Teorias intelectivas ou cognitivas do dolo.....	253
16.2.2.1.1	Teoria da representação ou possibilidade	253

16.2.2.1.2	Teoria da probabilidade.....	254
16.2.2.1.3	Teoria da evitabilidade.....	254
16.2.2.1.4	Teoria do risco	254
16.2.2.1.5	Teoria do perigo a descoberto	255
16.2.2.2	Teorias volitivas.....	255
16.2.2.2.1	Teoria do assentimento ou do consentimento ou da anuência.....	255
16.2.2.2.2	Teoria da indiferença	255
16.3	Espécies de dolo	255
16.3.1	Dolo direto ou imediato	255
16.3.2	Dolo eventual	257
16.3.3	Dolo alternativo	259
16.3.4	Dolo cumulativo	260
16.3.5	Dolo geral (<i>dolus generalis</i>) ou erro sucessivo	260
16.3.6	Dolo de ímpeto (ou repentino) × dolo de propósito (ou refletido) ..	261
16.3.7	Dolo subsequente ou <i>subsequens</i> ou consecutivo	261
16.3.8	Dolo <i>in re ipsa</i> ou dolo presumido.....	262
16.3.9	Dolo genérico e dolo específico	262
16.3.10	Dolo natural e dolo normativo	263
16.4	Embriaguez na direção de veículo automotor: dolo ou culpa?.....	263
16.5	O dolo nos crimes omissivos impróprios	265
16.6	Dolo sem vontade	266
16.7	A intensidade do dolo	267
17	A culpa	269
17.1	Conceito de culpa	269
17.2	Formas de cometimento do crime culposo.....	269
17.2.1	Imprudência	270
17.2.2	Negligência	270
17.2.3	Imperícia.....	270
17.2.3.1	Erro profissional × culpa profissional	271
17.3	A vontade e a finalidade no crime culposo	271
17.4	Existiria tipo subjetivo culposo?	272
17.5	Os elementos do fato típico culposo	272
17.5.1	Ação voluntária que inobserva o dever do cuidado objetivo	272

17.5.2	Resultado	275
17.5.3	Nexo de causalidade.....	276
17.5.4	Previsibilidade objetiva do resultado	277
17.5.5	A conexão interna entre o desvalor da conduta e o desvalor do resultado	278
17.5.6	Tipicidade.....	279
17.6	Tipos de crime culposos como tipos abertos.....	280
17.7	Espécies de culpa	281
17.7.1	Culpa consciente e culpa inconsciente	281
17.7.2	Culpa imprópria (culpa por extensão ou assimilação).....	281
17.8	Concorrência de culpas.....	283
17.9	Compensação de culpas.....	283
17.10	Graus de culpa.....	284
18	Tentativa	285
18.1	<i>Iter criminis</i>	285
18.2	Fases do <i>iter criminis</i>	285
18.2.1	Fase interna	285
18.2.2	Fase externa.....	286
18.2.3	Diferenças entre atos de preparação e atos de execução	286
18.2.3.1	Teoria subjetiva	286
18.2.3.2	Teoria objetivo-formal ou lógico-formal.....	286
18.2.3.3	Teoria objetivo-material.....	287
18.2.3.4	Teoria objetivo-individual.....	287
18.2.3.5	Teoria da hostilidade ao bem jurídico	289
18.2.4	Atos de preparação transformados em crimes autônomos.....	289
18.2.5	Consumação.....	290
18.2.5.1	Crimes materiais.....	290
18.2.5.2	Crimes formais.....	290
18.2.5.3	Crimes de mera conduta.....	290
18.2.5.4	Crimes permanentes	290
18.2.5.5	Crimes culposos.....	291
18.2.5.6	Crimes omissivos próprios e impróprios.....	291
18.2.5.7	Crimes habituais	291
18.2.5.8	Crimes qualificados pelo resultado	291

18.2.5.9	Crimes complexos	291
18.2.5.10	Crimes de perigo concreto	292
18.2.5.11	Crimes de perigo abstrato	292
18.2.6	Exaurimento.....	293
18.3	Conceito de tentativa.....	293
18.4	Natureza jurídica da tentativa	294
18.4.1	Crítério para diminuição da pena na tentativa.....	294
18.4.2	A adequação típica na tentativa	295
18.5	Elementos do fato típico tentado.....	297
18.5.1	Início da execução	297
18.5.2	Dolo.....	298
18.5.3	Não superveniência do resultado por razões alheias à vontade do agente	300
18.6	Teorias sobre a punibilidade do crime tentado.....	300
18.6.1	Teoria subjetiva	300
18.6.2	Teoria sintomática	300
18.6.3	Teoria objetiva.....	300
18.6.4	Teoria da impressão.....	301
18.6.5	Teoria adotada no Direito Penal brasileiro	301
18.7	Infrações penais e inadmissibilidade da tentativa	302
18.7.1	Contravenções penais	302
18.7.2	Crimes culposos.....	303
18.7.3	Crimes omissivos puros ou próprios	303
18.7.4	Crimes preterdolosos	303
18.7.5	Crime de atentado	305
18.7.6	Crimes habituais	305
18.7.7	Crimes formais unissubsistentes	305
18.7.8	Crimes de mera conduta.....	306
18.7.9	Crime obstáculo.....	306
18.7.10	Crimes de perigo	307
18.7.11	Crimes permanentes de forma exclusivamente omissiva.....	308
18.7.12	Crimes de ímpeto	308
18.7.13	Crimes sujeitos ao implemento de condição objetiva de punibilidade	308
18.7.14	Quadro-resumo da inadmissibilidade da tentativa.....	309
18.8	A tentativa nos crimes omissivos impróprios.....	310

18.9	Classificação da tentativa	311
18.9.1	Tentativa perfeita (ou acabada) × tentativa imperfeita (ou inacabada) ..	311
18.9.2	Tentativa cruenta (ou vermelha) × tentativa incruenta (ou branca) ..	312
18.9.3	Tentativa abandonada ou qualificada	312
18.9.4	Tentativa inidônea ou inadequada ou quase crime.....	312
19	Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	313
19.1	Tentativa abandonada ou qualificada.....	313
19.2	Natureza jurídica da desistência voluntária e do arrependimento eficaz.....	314
19.3	Distinção entre a desistência voluntária e arrependimento eficaz	315
19.3.1	Diferença entre a tentativa punível e a desistência voluntária.....	316
19.3.2	Desistência voluntária e desistência espontânea	317
19.3.3	A falsa representação da realidade	317
19.3.4	Motivos para desistir precisam ser éticos?	317
19.3.5	Desistência definitiva × desistência concreta.....	318
19.4	Arrependimento voluntário e arrependimento espontâneo	319
19.4.1	A necessária eficácia do arrependimento	319
19.4.2	Contribuição da vítima.....	319
19.5	Comunicabilidade da desistência voluntária e do arrependimento eficaz.....	319
19.6	A Lei de Terrorismo e o tratamento da desistência voluntária e do arrepen- dimento eficaz	320
20	Crime impossível.....	321
20.1	Definição.....	321
20.2	Natureza jurídica.....	321
20.3	Crime impossível e erro de tipo.....	322
20.4	Objeto do crime	322
20.5	Meio absolutamente ineficaz.....	323
20.6	Teorias acerca do tratamento a ser dado àquele que pratica crime impossível..	325
20.6.1	Teoria sintomática	325
20.6.2	Teoria subjetiva	326
20.6.3	Teoria objetiva.....	326
20.6.3.1	Teoria objetiva pura.....	326
20.6.3.2	Teoria objetiva temperada	326
20.7	Delito putativo (ou delito imaginário, ou erroneamente suposto)	326

20.7.1	Delito putativo por erro de tipo.....	327
20.7.2	Delito putativo por erro de proibição (ou delito de alucinação, ou delito de loucura).....	327
20.7.3	Delito putativo por obra do agente provocador (ou crime de ensaio, ou crime de experiência, ou flagrante provocado, ou flagrante preparado)	328
20.7.3.1	O agente disfarçado	328
21	Arrependimento posterior	331
21.1	Definição.....	331
21.2	Crimes em que cabe o arrependimento posterior.....	331
21.3	Requisitos para o reconhecimento do arrependimento posterior	333
21.3.1	O crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa	333
21.3.2	O dano reparado ou coisa restituída até o recebimento da denúncia ou da queixa	335
21.3.3	Ato voluntário do agente	337
21.3.4	A reparação precisa ser integral?	339
21.3.4.1	Critério para diminuição da pena pelo arrependimento posterior	339
21.4	Comunicabilidade do arrependimento posterior.....	340
21.5	Outras hipóteses de reparação do dano no Direito Penal brasileiro.....	340
22	Illicitude – noções introdutórias.....	345
22.1	Conceito de ilicitude	345
22.2	Antinormatividade e antijuridicidade	346
22.3	Antijuridicidade formal e antijuridicidade material.....	346
22.4	Antijuridicidade objetiva e antijuridicidade subjetiva.....	347
22.5	Teoria dos elementos subjetivos das causas de justificação.....	348
22.6	Excludentes de antijuridicidade ou causas de justificação ou discriminantes ..	349
22.7	Causas gerais e especiais de exclusão de ilicitude ou antijuridicidade	349
22.8	Consentimento do ofendido	350
22.8.1	Requisitos para o consentimento justificante	352
23	Estado de necessidade	357
23.1	Definição.....	357
23.1.1	Estado de necessidade × estado de precisão	357

23.2	Direito ou faculdade do agente.....	358
23.3	Natureza jurídica do estado de necessidade. Teorias unitária e diferenciadora..	359
23.3.1	O estado de necessidade exculpante como causa supralegal – controversias.....	361
23.4	Elementos da situação de necessidade.....	362
23.4.1	Situação de perigo atual.....	362
23.4.1.1	O perigo iminente.....	362
23.4.2	Não criação voluntária do perigo pelo agente	363
23.4.3	Perigo a direito próprio ou alheio	364
23.4.3.1	Necessidade de autorização da vítima	364
23.4.4	Inevitabilidade	365
23.4.4.1	Estado de necessidade em crimes permanentes e habituais.....	365
23.4.5	Inexigibilidade de sacrifício do bem ameaçado – proporcionalidade..	366
23.4.6	Ausência do dever legal de enfrentamento do perigo	367
23.4.7	Elemento subjetivo	368
23.5	Estado de necessidade agressivo × estado de necessidade defensivo.....	369
23.6	Situações especiais de estado de necessidade.....	370
23.7	Estado de necessidade recíproco	370
24	Legítima defesa	371
24.1	Definição.....	371
24.2	Fundamentos.....	372
24.3	Requisitos da legítima defesa	372
24.3.1	Agressão humana	372
24.3.1.1	Legítima defesa contra pessoa jurídica	374
24.3.1.2	Legítima defesa e desobediência civil	374
24.3.2	Agressão atual ou iminente	374
24.3.3	Direito próprio ou alheio.....	375
24.3.3.1	Agressão a bens coletivos.....	376
24.3.4	Meios necessários	376
24.3.5	Moderação no uso dos meios necessários	377
24.3.5.1	Legítima defesa agressiva × legítima defesa defensiva...	377
24.3.6	Agressão injusta	377
24.3.7	Elemento subjetivo	378

24.4	Legítima defesa e <i>commodus discessus</i>	378
24.5	Legítima defesa sucessiva.....	380
24.6	Possibilidades	380
24.7	Ofendículos ou ofensáculos	381
24.8	Disparos contra pessoa em fuga	382
24.9	Legítima defesa e estado de necessidade – principais distinções	383
25	Estrito cumprimento de dever legal e exercício regular do direito	385
25.1	Estrito cumprimento do dever legal.....	385
25.1.1	Conceito.....	385
25.1.2	Requisitos.....	386
25.1.3	Quem pode alegar a causa excludente de ilicitude do estrito cumprimento do dever legal.....	387
25.1.4	Dever de corrigir filhos: estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito.....	388
25.2	Exercício regular de direito	388
26	Excesso nas causas de justificação	391
26.1	Noções preliminares.....	391
26.2	Excesso intensivo × excesso extensivo	392
26.3	Excesso doloso e excesso culposo.....	392
26.3.1	Excesso doloso em sentido estrito.....	393
26.3.2	Excesso doloso por erro quanto aos limites da causa de justificação...	394
26.3.3	Excesso culposo por erro quanto aos pressupostos fáticos da causa de justificação.....	394
26.3.4	Excesso culposo em sentido estrito.....	396
27	Culpabilidade	399
27.1	Conceito de culpabilidade	399
27.1.1	Distintos significados da palavra culpabilidade	399
27.1.2	Fundamentos da culpabilidade.....	400
27.2	Transformações no conceito de culpabilidade.....	400
27.2.1	Teoria psicológica da culpabilidade	400
27.2.2	Teoria normativa ou psicológico-normativa da culpabilidade.....	401
27.2.3	Teoria normativa pura da culpabilidade.....	402

27.3	O conceito funcional de culpabilidade	404
27.4	Culpabilidade de fato × culpabilidade de autor	404
27.5	Coculpabilidade	405
27.6	Coculpabilidade às avessas	406
27.7	Culpabilidade material e culpabilidade formal.....	407
28	Imputabilidade	409
28.1	Conceito	409
28.2	Critérios para aferição da imputabilidade.....	411
28.2.1	Biológico	411
28.2.2	Psicológico.....	411
28.2.3	Biopsicológico.....	411
28.2.4	Sistema adotado no Brasil	412
28.3	Menoridade	413
28.3.1	Mecanismo a ser adotado para a alteração da idade penal.....	414
28.3.2	Regras sobre maioridade no Código Penal Militar.....	414
28.4	Doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado	415
28.4.1	Os silvícolas	415
28.4.2	Os surdos-mudos.....	417
28.5	Semi-imputabilidade	417
28.6	Consequências da inimputabilidade e da semi-imputabilidade por doença mental.....	418
28.7	Emoção e paixão	418
28.7.1	Distinção.....	418
28.7.2	Impactos da emoção e da paixão no Código Penal.....	419
28.8	Embriaguez.....	420
28.8.1	Conceito.....	420
28.8.2	Fases	420
28.8.3	Classificação da embriaguez quanto à intensidade	420
28.8.4	Classificação da embriaguez quanto à origem.....	421
28.8.5	A teoria da <i>actio libera in causa</i>	424
28.8.6	A embriaguez patológica e a dependência química de drogas.....	427
29	Erro de tipo e erro de proibição.....	429
29.1	Conceito de erro	429

29.1.1	A nomenclatura do erro e as mudanças trazidas pela parte geral de 1984.....	429
29.2	Erro de tipo.....	430
29.2.1	Erro essencial. Tratamento legal.....	430
29.2.1.1	Provocação do erro por terceiro.....	432
29.2.2	Erro accidental. Espécies.....	433
29.2.2.1	Erro sobre a pessoa ou <i>error in persona</i> ou erro do baile de máscaras.....	433
29.2.2.2	Erro sobre o objeto.....	434
29.2.2.3	Erro sobre o nexo causal ou <i>aberratio causae</i>	434
29.2.2.4	Erro na execução ou <i>aberratio ictus</i>	435
29.2.2.5	Erro na execução e causas de justificação.....	437
29.2.2.6	Resultado diverso do pretendido ou <i>aberratio criminis</i> ..	438
29.3	Teoria extremada (ou estrita) e teoria limitada da culpabilidade e as descritivas putativas.....	439
29.4	Erro de proibição.....	443
29.4.1	Erro de proibição × <i>ignorantia legis</i>	443
29.4.2	Consequências do erro de proibição.....	446
29.4.3	As modalidades de erro de proibição.....	447
29.4.3.1	Erro de proibição direto.....	447
29.4.3.2	Erro de proibição mandamental.....	447
29.4.3.3	Erro de proibição indireto.....	448
29.5	Erro quanto aos elementos normativos do tipo.....	449
29.6	Erro nos crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão.....	450
29.6.1	Erro quanto à condição de garantidor, quanto à possibilidade de agir e quanto à existência da situação de perigo.....	450
29.6.2	Erro quanto ao dever de agir.....	451
29.7	Hipóteses especiais de erros.....	451
29.7.1	Erro de eficácia.....	451
29.7.2	Erro de vigência.....	452
29.7.3	Erro de subsunção.....	452
29.7.4	Erro de punibilidade.....	452
30	Exigibilidade de conduta diversa.....	453
30.1	Hipóteses de exclusão de culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa.....	453
30.1.1	Coação moral resistível.....	453

30.1.2	Obediência hierárquica.....	456
30.1.2.1	Tratamento da obediência hierárquica no Código Penal Militar	457
30.1.3	Objecção de consciência.....	458
31	Concurso de pessoas.....	461
31.1	Diferença entre concurso eventual e concurso necessário.....	461
31.2	Requisitos para o concurso de pessoas	462
31.3	Diferença entre autoria colateral e coautoria	464
31.4	Conceito de autor.....	465
31.4.1	Conceito restritivo de autor	465
31.4.2	Conceito extensivo de autor	466
31.4.3	Teoria do domínio do fato.....	467
31.4.4	Teoria adotada pelo Código Penal brasileiro	468
31.4.5	Autoria direta e indireta	469
31.4.6	Autoria mediata × crimes próprios e crimes de mão própria.....	471
31.4.7	Coautoria e crimes de mão própria.....	472
31.4.8	Coautoria mediata	473
31.4.9	Autor de determinação	474
31.4.10	Autor intelectual	475
31.4.11	Autor por convicção.....	477
31.4.12	Coautoria sucessiva	477
31.4.13	Autoria de escritório	478
31.4.14	Coautoria parcial ou funcional × coautoria direta ou material.....	479
31.4.15	Executor de reserva	479
31.4.16	O vigia.....	480
31.4.17	O motorista	480
31.5	Participação	481
31.5.1	Teorias sobre participação.....	481
31.5.2	Formas de participação.....	482
31.5.2.1	Induzimento (ou determinação) e instigação.....	482
31.5.2.2	Cumplicidade	483
31.5.3	Momento da participação.....	483
31.5.4	Contribuição causal da participação.....	483
31.5.5	Participação sucessiva × participação em cadeia	484

31.5.6	Participação por omissão × convivência impunevel	484
31.5.7	Impunibilidade da participação.....	486
31.5.8	Fundamentos da punibilidade da participação	486
31.6	Concurso de pessoas em crimes culposos.....	487
31.7	Concurso de pessoas em crimes omissivos.....	488
31.7.1	Participação em crimes omissivos.....	489
31.8	Teorias sobre o concurso de pessoas.....	490
31.9	Teoria adotada no Brasil	491
31.9.1	Mitigações ao monismo.....	491
31.9.2	Exceções pluralísticas ao monismo	491
31.9.3	A participação de menor importância.....	492
31.9.4	Os desvios subjetivos de conduta (cooperação dolosamente distinta)	493
31.10	Comunicabilidade das circunstâncias.....	495
31.10.1	Qualificadoras são elementares?.....	500
32	Penas privativas de liberdade.....	503
32.1	Notas introdutórias.....	503
32.2	Espécies de penas privativas de liberdade	503
32.3	Regimes penais.....	504
32.3.1	Regime fechado.....	504
32.3.2	Regime semiaberto.....	505
32.3.3	Regras do regime aberto	506
32.4	Fixação do regime inicial.....	507
32.5	Prisão domiciliar.....	509
32.6	Progressão de regime de cumprimento de pena	510
32.6.1	Requisitos para a progressão de regime de cumprimento de pena..	511
32.6.2	Tempo de cumprimento de pena.....	512
32.6.3	Reincidentes genéricos e Pacote Anticrime	513
32.6.3.1	Bom comportamento carcerário	516
32.6.3.2	Regime especial para gestantes e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência.....	517
32.7	Progressão antes do trânsito em julgado para réu preso	518
32.8	Regressão	520
32.9	Detração penal	522
32.9.1	Detração e prisão ocorrida em outro processo.....	523

32.10	Trabalho prisional.....	524
32.10.1	Remição pelo trabalho e pelo estudo.....	524
32.11	Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).....	525
32.12	Prescrição de falta grave	527
33	Aplicação da pena privativa de liberdade	529
33.1	Dosimetria da pena	529
33.2	Pena-base: circunstâncias judiciais.....	530
33.3	Pena provisória: agravantes e atenuantes genéricas	535
33.3.1	Circunstâncias agravantes genéricas.....	535
33.3.1.1	Reincidência	537
33.3.1.2	Ter o agente cometido o crime por motivo fútil ou torpe..	540
33.3.1.3	Ter o agente praticado o crime para facilitar a execução, ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime..	540
33.3.1.4	À traição, emboscada, ou mediante dissimulação ou qualquer outro recurso que impossibilite ou torna impossível a defesa do ofendido.....	540
33.3.1.5	Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum.....	541
33.3.1.6	Contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge.....	541
33.3.1.7	Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação, de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da legislação específica.....	541
33.3.1.8	Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão	542
33.3.1.9	Contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida.....	542
33.3.1.10	Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade.....	542
33.3.1.11	Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou desgraça particular do ofendido.....	542
33.3.1.12	Em estado de embriaguez preordenada.....	543
33.3.1.13	Agravantes no concurso de pessoas (art. 62 do Código Penal).....	543

33.3.2	Circunstâncias atenuantes genéricas.....	543
33.3.2.1	Ser o agente menor de 21 anos na data do fato ou maior de 70 anos na data da sentença.....	544
33.3.2.2	O desconhecimento da lei	544
33.3.2.3	Ter o agente cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral.....	544
33.3.2.4	Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou antes do julgamento, reparado o dano.....	545
33.3.2.5	Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima	545
33.3.2.6	Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, autoria do delito	546
33.3.2.7	Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou	550
33.3.2.8	Atenuantes inominadas	550
33.3.3	Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes	550
33.4	Pena definitiva: causas de aumento e diminuição	552
34	Penas restritivas de direitos	559
34.1	Noções introdutórias.....	559
34.2	Espécies de penas restritivas de direitos	559
34.3	Características das penas restritivas de direitos.....	560
34.4	Penas restritivas de direitos aplicadas em substituição à pena privativa de liberdade	561
34.4.1	Requisitos objetivos	561
34.4.1.1	A quantidade de pena aplicada.....	561
34.4.1.2	Crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa	563
34.4.2	Requisitos subjetivos	566
34.4.2.1	Réu não reincidente em crime doloso	566
34.4.2.2	Suficiência da substituição.....	567
34.5	Duração da pena restritiva de direitos e regras de substituição	568
34.5.1	Substituição da pena privativa de liberdade por multa	569

34.6	Espécies de penas restritivas de direitos	570
34.6.1	Prestação pecuniária	570
34.6.2	Perda de bens e valores	572
34.6.3	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	573
34.6.4	Interdição temporária de direitos.....	574
34.6.4.1	Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo	574
34.6.4.2	Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público	574
34.6.4.3	Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo	574
34.6.4.4	Proibição de frequentar determinados lugares.....	574
34.6.4.5	Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.....	575
34.6.5	Limitação de fim de semana.....	575
34.7	Conversão da pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade	575
34.8	Substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos na Lei Maria da Penha.....	577
34.9	Substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos na lei ambiental.....	579
34.10	Substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos na nova Lei de Abuso de Autoridade	580
34.11	A Lei nº 14.071/2020 e os crimes de homicídio e lesão corporal culposa na direção de veículo automotor.....	581
34.12	Substituição na hipótese de colaboração premiada.....	583
34.13	Pena restritiva de direitos e perda de direitos políticos	584
34.14	Início do cumprimento da pena restritiva de direitos	584
35	Multa	585
35.1	Conceito	585
35.2	Critério de aplicação: dias-multa.....	586
35.3	Limites da pena de multa.....	586
35.4	Dosimetria da pena de multa	587
35.5	Pagamento da multa.....	588
35.6	Formas de pagamento da multa.....	589
35.7	Execução da pena de multa. Competência e alterações da Lei nº 13.964/2019..	590

35.8	Multa de valor reduzido e (im)possibilidade de renúncia pelo Estado	591
35.9	Superveniência de doença mental	591
35.10	Multa substitutiva e Lei Maria da Penha	592
35.11	Remédios constitucionais e pena de multa	593
36	Concurso de crimes.....	595
36.1	Definição.....	595
36.2	Sistemas de aplicação da pena.....	595
36.3	Concurso material ou real	596
36.4	Concurso formal ou ideal	597
36.4.1	Concurso formal próprio (ou perfeito) e impróprio (ou imperfeito)..	597
36.4.2	Concurso formal homogêneo e heterogêneo.....	599
36.4.3	Aumento de pena decorrente do concurso formal	600
36.5	Crime continuado.....	601
36.5.1	Definição.....	601
36.5.2	Natureza jurídica do crime continuado.....	601
36.5.3	Teorias do crime continuado	601
36.5.4	Requisitos do crime continuado.....	603
36.5.5	Crime continuado específico ou qualificado	607
36.5.6	Requisitos.....	607
36.5.7	Dosimetria da pena do crime continuado	609
36.6	Concurso material benéfico ou favorável	612
36.7	Crime continuado e concurso formal.....	612
36.8	Pena de multa e concurso de crimes	613
36.9	Concurso de crimes e habitualidade criminosa	614
36.10	Concurso de crimes e Jecrim	615
36.11	Suspensão condicional do processo e crime continuado	615
37	Sursis – suspensão condicional da pena	617
37.1	Conceito.....	617
37.2	Origens.....	617
37.3	Sistemas.....	618
37.3.1	Sistema anglo-saxão ou <i>probation system</i>	618
37.3.2	Sistema belga-francês ou europeu continental.....	618
37.3.3	Sistema alemão ou eclético.....	618

37.4	Natureza jurídica da suspensão condicional da pena	618
37.5	Diferenças entre o <i>sursis</i> processual e o <i>sursis</i> da pena	619
37.6	Juiz competente para concessão do <i>sursis</i>	620
37.7	Requisitos.....	620
37.7.1	<i>Sursis</i> e crimes hediondos	622
37.8	Espécies de suspensão condicional da pena.....	622
37.8.1	<i>Sursis</i> simples	622
37.8.2	<i>Sursis</i> especial.....	623
37.8.3	<i>Sursis</i> etário e <i>sursis</i> humanitário ou profilático	624
37.9	Condições para o <i>sursis</i>	624
37.9.1	<i>Sursis</i> sem condições.....	625
37.9.2	A fixação do período de prova.....	626
37.10	Audiência admonitória	626
37.10.1	Conceito.....	626
37.10.2	O não comparecimento à audiência admonitória.....	626
37.11	Revogação do <i>sursis</i>	626
37.11.1	Consequências da revogação do <i>sursis</i>	626
37.11.2	Hipóteses de revogação obrigatória do <i>sursis</i>	627
37.11.3	Sobre a (des)necessidade de decisão judicial acerca de revogação obrigatória	628
37.11.4	Hipóteses de revogação facultativa do <i>sursis</i>	629
37.11.5	Prorrogação do período de provas.....	629
37.11.6	A prática de nova infração penal é causa de revogação de <i>sursis</i> ? ...	631
37.12	<i>Sursis</i> simultâneo e <i>sursis</i> sucessivo	631
37.13	A extinção da pena privativa de liberdade	631
37.14	<i>Sursis</i> em crimes ambientais	632
37.15	<i>Sursis</i> na Lei de Contravenções Penais	633
37.16	<i>Sursis</i> e Lei Maria da Penha.....	633
38	Livramento condicional	635
38.1	Conceito de livramento condicional	635
38.2	Livramento condicional e <i>sursis</i> – distinções	636
38.3	Natureza jurídica do livramento condicional	636
38.4	Requisitos ou pressupostos necessários.....	636
38.5	Livramento condicional e crimes hediondos.....	641

38.6	Livramento condicional para condenado em RDD	643
38.7	Condições para o livramento condicional.....	644
38.7.1	Sobre a necessidade do parecer do Conselho Penitenciário	644
38.8	Causas de revogação do livramento condicional	645
38.8.1	Causas de revogação obrigatória	645
38.8.2	Causas de revogação facultativa	646
38.9	Prorrogação do livramento condicional	647
38.10	Efeitos da revogação	649
38.10.1	Revogação em virtude de condenação irrecorrível por crime praticado antes do livramento condicional.....	650
38.10.2	Revogação em virtude de condenação irrecorrível por crime praticado durante a vigência do livramento	650
38.10.3	Revogação em virtude do descumprimento das condições impostas na sentença	650
38.10.4	Revogação em virtude de condenação irrecorrível pela prática de contravenção penal durante o livramento.....	650
38.11	Extinção da pena.....	651
39	Efeitos da condenação	653
39.1	Efeitos penais e extrapenais.....	653
39.2	Efeitos secundários.....	654
39.2.1	Efeitos secundários de natureza penal.....	654
39.2.2	Efeitos secundários de natureza extrapenal.....	654
39.2.2.1	Efeitos secundários de natureza extrapenal genéricos...	654
39.2.2.1.1	Tornar certa a obrigação de indenizar.....	654
39.2.2.1.2	Perda, em favor da união, dos instrumentos e produtos do crime.....	654
39.2.2.1.3	O disposto no art. 91-A do Código Penal e alterações do Pacote Anticrime	655
39.2.2.1.4	O perdimento de bens nas organizações criminosas e milícias	656
39.2.2.2	Efeitos secundários de natureza extrapenal específicos..	657
39.2.2.2.1	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	657
39.2.2.2.2	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo nas leis extravagantes	659
39.2.2.2.3	Incapacidade para o exercício de pátrio poder, tutela ou curatela	660

39.2.2.2.4	Inabilitação para dirigir veículo, utilizado em crime doloso.....	661
39.3	Suspensão dos direitos políticos	661
40	Reabilitação	663
40.1	Conceito e natureza jurídica	663
40.2	Pressupostos e requisitos necessários.....	663
40.3	Efeitos da reabilitação	664
40.4	Revogação da reabilitação	665
40.5	Processo de reabilitação.....	665
41	Medidas de segurança.....	667
41.1	Conceito.....	667
41.2	Natureza jurídica.....	668
41.3	Diferenças entre penas e medidas de segurança.....	669
41.4	Modalidades de medidas de segurança	670
41.4.1	Impossibilidade de internação em penitenciária	673
41.4.2	Conversão da medida restritiva para medida detentiva e desinternação progressiva.....	673
41.5	Natureza da decisão que impõe a medida de segurança	674
41.6	Prazo de duração da medida de segurança	675
41.6.1	Prazo mínimo	675
41.6.2	Prazo máximo.....	676
41.7	Pressupostos para a aplicação da medida de segurança	678
41.7.1	1º pressuposto – a prática de conduta típica e ilícita	678
41.7.2	2º pressuposto – não estar extinta a punibilidade.....	679
41.7.3	3º pressuposto – a periculosidade	680
41.8	Sistema de aplicação de medidas de segurança aos semi-imputáveis.....	680
41.9	Detração e medida de segurança	682
41.10	Prescrição da medida de segurança	683
41.10.1	Prescrição das medidas de segurança aplicáveis aos semi-imputáveis..	684
41.10.2	Prescrição das medidas de segurança aplicáveis aos inimputáveis..	685
41.11	Indulto e medidas de segurança	687
41.12	Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança.....	688

41.13	Aplicação da medida de segurança em segunda instância em recurso exclusivo do réu e a superação da Súmula nº 525 do STF.....	689
41.14	Medida de segurança preventiva ou provisória.....	691
42	Ação penal.....	693
42.1	Definição.....	693
42.2	Natureza jurídica das normas que disponham sobre ação penal.....	693
42.3	Da legitimidade para a ação penal.....	694
42.3.1	Legitimidade ordinária.....	694
42.3.2	Legitimidade extraordinária.....	694
42.3.3	Legitimidade concorrente.....	695
42.4	Ação penal pública e ação penal privada: distinções.....	697
42.4.1	Legitimidade para o exercício do direito de ação.....	697
42.4.2	Exordial ou petição inicial.....	698
42.4.3	Oficialidade da ação pública.....	698
42.4.4	Obrigatoriedade × conveniência.....	698
42.4.5	Indisponibilidade da ação pública × disponibilidade da ação privada.....	699
42.4.5.1	Perdão do ofendido.....	699
42.4.5.2	Perdão × renúncia.....	700
42.4.5.3	Perempção.....	700
42.4.6	Indivisibilidade na ação penal privada.....	701
42.4.6.1	Indivisibilidade na ação penal pública.....	702
42.4.7	Intranscendência.....	703
42.5	Ação penal privada subsidiária da pública.....	703
42.6	Representação e requisição nos crimes de ação penal pública condicionada..	704
42.6.1	Prazo para a representação.....	704
42.6.2	Retratação da representação.....	704
42.6.3	Retratação da representação na Lei Maria da Penha.....	705
42.6.4	Requisição do Ministro da Justiça.....	705
42.7	Ação penal nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.....	706
42.8	Ação penal no crime de estelionato.....	707
42.9	Ação penal secundária.....	711
42.10	Ação penal de prevenção ou ação de prevenção penal.....	712
42.11	Ação penal <i>ex officio</i>	712
42.12	Ação penal extensiva no crime complexo.....	712

42.13	Ação penal originária	712
42.14	Ação penal pública subsidiária da pública	712
43	Punibilidade	715
43.1	Causas extintivas da punibilidade fora do rol do art. 107 do CP	716
43.2	Momento para a declaração de extinção da punibilidade	718
43.3	Momento da ocorrência das causas extintivas da punibilidade	719
43.4	Extinção da punibilidade e crimes conexos	719
43.5	Causas extintivas da punibilidade trazidas pelo rol do art. 107 do CP	721
43.5.1	Morte do agente	721
43.5.2	Anistia, graça e indulto	723
43.5.2.1	Anistia	723
43.5.2.2	Graça	724
43.5.2.3	Indulto	725
43.5.3	Indulto humanitário	728
43.5.4	Natureza jurídica da decisão que concede o indulto	729
43.5.5	Indulto e medidas de segurança	730
43.5.6	Indulto e crimes hediondos	730
43.6	<i>Abolitio criminis</i>	731
43.7	Prescrição	731
43.8	Decadência	731
43.9	Perempção	732
43.10	Renúncia ao direito de queixa	735
43.11	Perdão do ofendido	736
43.12	Retratação do agente	737
43.13	Perdão judicial	738
44	Prescrição	741
44.1	Conceito de prescrição	741
44.2	Hipóteses de imprescritibilidade	742
44.3	Prescrição e decadência	743
44.4	Fundamentos da prescrição	744
44.4.1	Segurança jurídica	744
44.4.2	Inércia estatal	745
44.4.3	A importância da proximidade entre o delito e a imposição da pena ..	745

44.5	Espécies de prescrição.....	745
44.6	Prescrição antes do trânsito em julgado da condenação (prescrição da pretensão punitiva)	746
44.6.1	Efeitos do reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva.....	746
44.6.2	Início de contagem da prescrição da pretensão punitiva	747
44.6.3	Outras regras de início de contagem de prescrição	752
44.6.4	Cálculo do tempo da prescrição da pretensão punitiva	752
44.6.4.1	Prescrição na Lei de Drogas	755
44.6.4.2	Prescrição no Código Penal Militar	755
44.6.5	Causas de suspensão da prescrição da pretensão punitiva	755
44.6.5.1	Causas de suspensão da prescrição da pretensão punitiva fora do art. 116 do Código Penal	758
44.6.6	Causas de interrupção da prescrição punitiva.....	761
44.6.6.1	Interrupção pelo recebimento da denúncia ou da queixa..	761
44.6.6.2	Recebimento em segundo grau de jurisdição	763
44.6.6.3	Denúncia recebida por juízo incompetente	763
44.6.6.4	Recebimento anulado.....	764
44.6.6.5	Aditamento da denúncia ou da queixa	764
44.6.6.6	Interrupção pela pronúncia.....	764
44.6.6.7	Hipótese de absolvição ou desclassificação em plenário..	764
44.6.6.8	Pronúncia em sede de apelação	764
44.6.6.9	Desclassificação na fase de pronúncia	765
44.6.6.10	Interrupção pela decisão confirmatória da pronúncia ..	765
44.6.6.11	Interrupção pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis	765
44.6.6.12	Acórdão confirmatório de condenação	765
44.6.6.13	Sentença confirmatória reformada.....	767
44.6.6.14	Sentença que concede perdão judicial	767
44.6.6.15	Acórdão condenatório sujeito a embargos infringentes ..	767
44.6.7	Extensão das causas interruptivas	768
44.6.8	Prescrição retroativa	769
44.6.8.1	A quem cabe o reconhecimento da prescrição retroativa?..	771
44.6.8.2	Ainda há prescrição retroativa?	772
44.6.9	Prescrição intercorrente ou superveniente: conceito e início de contagem.....	773
44.6.10	Períodos prescricionais da pretensão punitiva	776

44.7	Prescrição depois do trânsito em julgado da condenação (prescrição da pretensão executória).....	777
44.7.1	Prazos.....	777
44.7.2	Competência e efeitos do reconhecimento da prescrição da pretensão executória	777
44.7.3	Início de contagem da prescrição da pretensão executória	778
44.7.3.1	Prescrição da pretensão executória iniciada do dia em que transita em julgado a sentença condenatória para a acusação (art. 112, I, primeira parte)	778
44.7.3.2	Prescrição da pretensão executória iniciada a partir da decisão que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional (art. 112, I, segunda parte)..	781
44.7.3.3	Do dia em que se interrompe a execução, salvo quando o tempo da interrupção deva computar-se na pena.....	782
44.7.4	Reflexos da reincidência na contagem da prescrição da pretensão executória	783
44.7.5	Causa de suspensão da prescrição da pretensão executória	783
44.7.6	Causas de interrupção da prescrição da pretensão executória.....	784
44.7.6.1	Pelo início ou continuação do cumprimento da pena...	784
44.7.6.2	Interrupção pela reincidência	786
44.7.7	A não extensão das causas de interrupção da prescrição executória..	787
44.8	Redução dos prazos prescricionais.....	787
44.9	Prescrição da pena de multa.....	789
44.9.1	Prescrição da pretensão punitiva da pena de multa.....	789
44.9.2	Prescrição da pretensão executória da pena de multa.....	790
44.10	Prescrição e atos infracionais	791
44.11	Prescrição virtual.....	795
44.12	Prescrição e detração.....	796
44.13	Prescrição da falta grave	797
	Referências.....	799